

PIB DO SETOR DE SERVIÇOS DEVE CRESCER 0,7% EM 2017 PUXADO POR TI E TRANSPORTES

PIB dos serviços recua 2,2%

As estatísticas relativas aos primeiros três trimestres do ano divulgadas recentemente pelo IBGE indicam queda de 4,0% do PIB brasileiro em 2016 em relação a igual período de 2015. Essa variação é resultado de uma queda de 27,2% no investimento e de 4,7% no consumo das famílias brasileiras. O consumo do governo também contribuiu negativamente ao recuar 0,7% em relação a igual período do ano anterior. As exportações cresceram 11,2% e as importações recuaram 24,5% nessa comparação.

Entre os setores de atividade econômica, o comércio continuou a registrar a maior retração, com queda de PIB de 7,2% no acumulado do ano. O PIB da indústria de transformação recuou 6,1% na comparação interanual. A agropecuária e a extração mineral também apresentaram retrações de 6,9% e 5,1%, respectivamente.

No acumulado do período de janeiro a setembro de 2016, os serviços privados não financeiros observaram retração de PIB de 2,2% em razão dos resultados ruins dos setores de transportes, serviços imobiliários e de serviços de informação, que tiveram quedas reais de PIB de 6,9%, 3,2% e 3,1%, respectivamente. No caso de transportes, pesou a retração da

PIB por setor de atividade, R\$ Bilhões¹

Setores de atividade	Acumulado janeiro a setembro		
	2015	2016	var. (%)
Agropecuária	276,93	257,81	-6,9%
Extrativa Mineral	42,50	40,32	-5,1%
Indústria de Transformação	507,89	476,73	-6,1%
Construção	246,30	235,50	-4,4%
Comércio	545,79	506,58	-7,2%
Financeiro	357,75	348,71	-2,5%
Serviços públicos	666,45	667,52	0,2%
Serviços privados não financeiros	1.587,43	1.553,23	-2,2%
PIB a custo de fatores	4.231,05	4.086,40	-3,4%

Demanda agregada, R\$ Bilhões¹

Componentes de demanda	Acumulado janeiro a setembro		
	2015	2016	var. (%)
Consumo	3.159,08	3.010,42	-4,7%
Gastos do governo	906,37	899,99	-0,7%
Investimento*	877,10	775,43	-11,6%
Exportação	535,17	595,36	11,2%
Importação	774,76	584,72	-24,5%
PIB a preços de mercado	4.888,39	4.694,63	-4,0%

Fonte: IBGE. (1) a preços do terceiro trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

própria indústria de transformação e do comércio, que demandaram menos serviços no início deste ano. No caso dos serviços de informação, pesou o desempenho ruim das telecomunicações. A queda de PIB dos serviços privados não financeiros não foi pior porque houve recuperação das atividades no setor de energia, saneamento e gás (5,6% em

termos reais). Em comparação com 2015, o PIB dos serviços prestados às famílias e empresas manteve-se praticamente estável no acumulado do ano até setembro de 2016.

Balança de serviços melhora

A balança de serviços continuou a apresentar melhoras segundo dados do Banco Central do Brasil. Entre janeiro e outubro de 2016, o déficit da balança de serviços foi de USD 24,722 bilhões. Em igual período do ano anterior, o déficit havia sido de USD 32,063 bilhões. Portanto, houve uma redução no déficit de USD 7,341 bilhões entre os dois períodos. Houve queda de USD 7,980 bilhões das despesas dos brasileiros com serviços prestados no exterior e ligeira retração das receitas brasileiras com exportações de serviços a estrangeiros, as quais passaram de USD 27,695 para USD 27,325.

Os itens que mais contribuíram para a redução das despesas dos brasileiros no exterior foram as viagens internacionais, que foram reduzidas em USD 3,239 bilhões (40,6% do total da queda), e os gastos com serviços de transportes, que caíram USD 2,039 bilhões (ou 25,5% do total da queda). No que diz respeito ao turismo internacional, houve ganhos de receitas que passaram de USD 4,786 bilhões para USD 5,100 bilhões – aumento de 6,6%.

Contudo, as estatísticas do Banco Central mostram que a desvalorização cambial observada no período e o

Fonte: BACEN. (1) janeiro a outubro de cada ano. (2) Royalties e aluguel de equipamentos (3) Serviços culturais, pessoais e recreativos e demais serviços.

Serviços privados não financeiros, R\$ Bilhões¹

Abertura de serviços	Acumulado janeiro a setembro		
	2015	2016	var. (%)
Energia, saneamento e gás	115,61	122,06	5,6%
Transportes e logística	197,33	183,69	-6,9%
Serviços de informação	128,51	124,58	-3,1%
Prestados às famílias e empresas	398,49	399,35	0,2%
Serviços imobiliários	747,49	723,55	-3,2%
Total	1.587,43	1.553,23	-2,2%

Fonte: IBGE. (1) a preços do terceiro trimestre de 2016.
(*) Inclui a formação bruta de capital fixo e a variação de estoques.

Balança de serviços, USD Milhões¹

Contas	Janeiro a outubro		
	2015	2016	var. (%)
Transportes	-5.065,39	-3.046,25	-39,9%
Receitas	4.167,91	4.148,75	-0,5%
Despesas	9.233,29	7.194,99	-22,1%
Viagens	-10.354,92	-6.801,10	-34,3%
Receitas	4.785,85	5.100,29	6,6%
Despesas	15.140,78	11.901,39	-21,4%
Seguros e serviços financeiros	-744,84	-541,54	-27,3%
Receitas	1.317,79	1.264,99	-4,0%
Despesas	2.062,63	1.806,53	-12,4%
Serviços prestados a empresas ²	-14.691,91	-13.362,68	-9,0%
Receitas	16.388,56	15.279,15	-6,8%
Despesas	31.080,46	28.641,82	-7,8%
Serviços governamentais	-855,48	-1.043,30	22,0%
Receitas	657,71	575,69	-12,5%
Despesas	1.513,19	1.618,99	7,0%
Outros serviços ³	-350,56	72,41	-120,7%
Receitas	646,84	956,45	47,9%
Despesas	997,40	884,04	-11,4%
Total	-32.063,09	-24.722,46	-22,9%
Receitas	27.964,66	27.325,31	-2,3%
Despesas	60.027,75	52.047,76	-13,3%

crescimento econômico mundial superior ao brasileiro não resultaram num volume de exportações de serviços maior. As receitas de exportação de serviços continuaram em queda, já acumulando variação negativa de 2,3% em 2016. Esse fato reforça a ideia de que os problemas estruturais de competitividade do país estão além das oportunidades de mercado que podem surgir com um câmbio mais favorável ao exportador de serviços e uma demanda mundial mais aquecida.

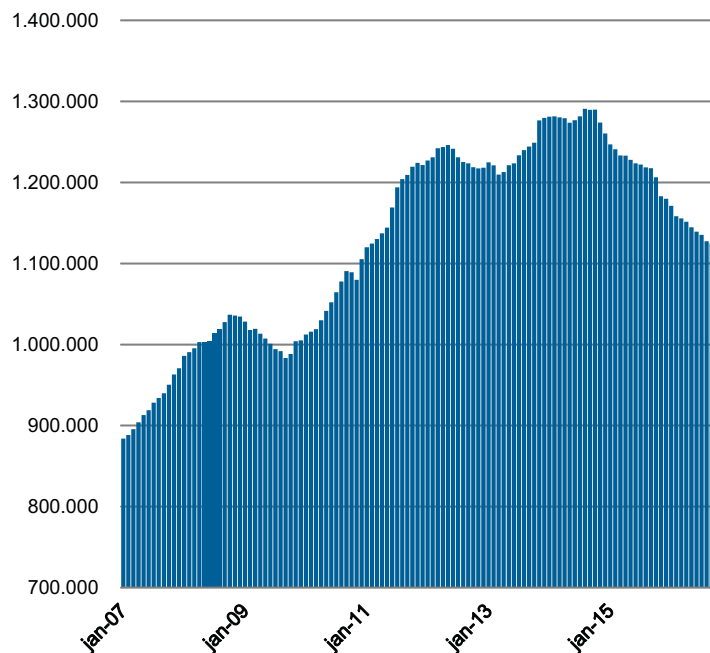
Desequilíbrio fiscal

As informações mais recentes do Tesouro Nacional dão conta de que o desajuste fiscal continuou crescendo ao longo deste ano. O resultado primário do Governo Central passou de um superávit primário de R\$ 34,041 bilhões nos primeiros dez meses de 2015 para um déficit primário de R\$ 53,662 bilhões no acumulado deste ano até outubro. O aumento do déficit primário do país resultou, de um lado, do aumento de 9,3% das despesas do Governo Central e, de outro, do aumento nominal de apenas 5,9% das receitas totais entre 2015 e 2016.

O resultado não foi pior porque houve um aumento extraordinário de receitas do imposto de renda em outubro, o qual está associado ao programa de repatriação de recursos depositados no exterior. Isso fez crescer em quase R\$ 30 bilhões o IR arrecadado no mês.

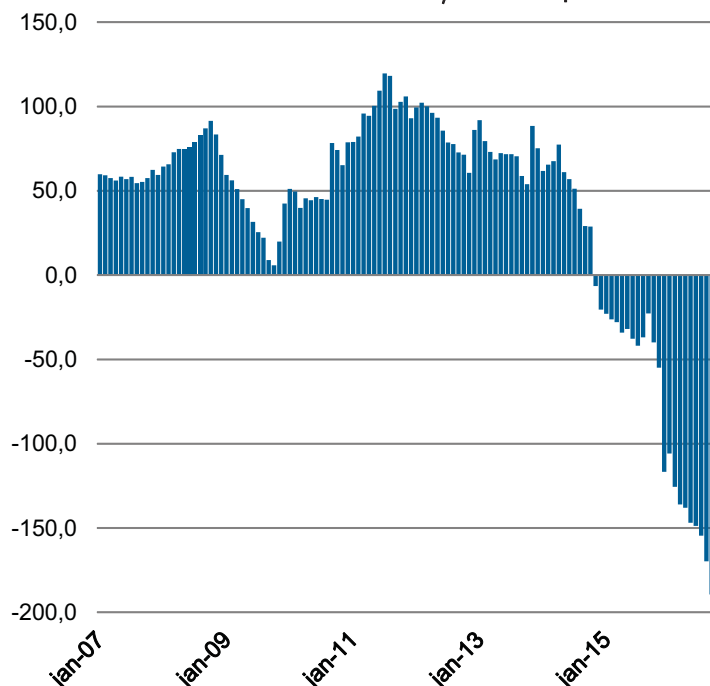
Com esse resultado, o déficit acumulado em 12 meses até outubro de 2016 passou para R\$ 136,3 bilhões, um balanço melhor que o de setembro, mês em que o déficit acumulado em 12 meses atingiu R\$ 189,4 bilhões. Contudo, ainda prevalece a tendência de crescimento do déficit fiscal até o final 2016, o qual deve se elevar para o patamar de R\$ 170 bilhões. Isso irá elevar a relação entre o déficit primário e o PIB de 0,3% em 2014 para 3,0% em 2016.

Arrecadação tributária federal em R\$ bilhões*, acumulada em 12 meses



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional e IBGE. (*) a preços de 2016.

Resultado primário acumulado em 12 meses, em R\$ bilhões



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

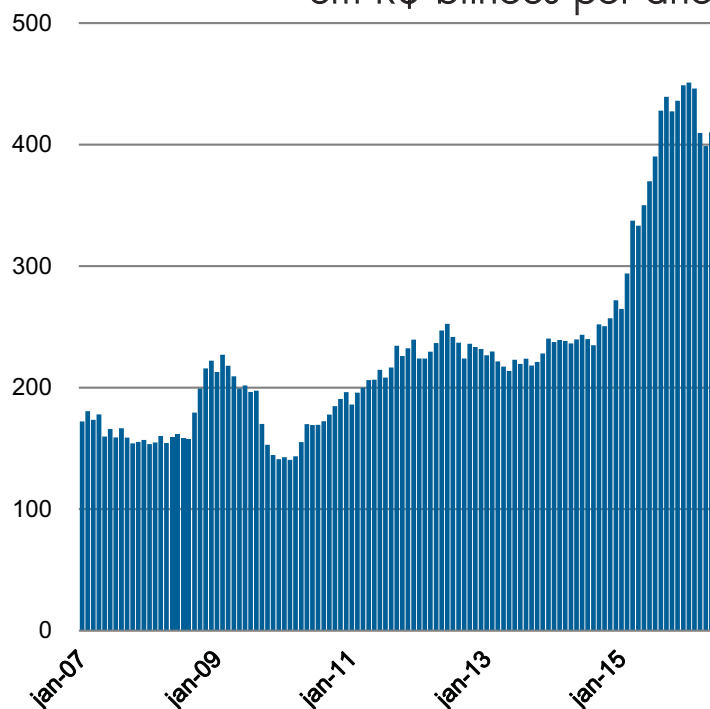
Com o aumento do déficit primário e as taxas de juros e a inflação em patamares ainda elevados, a preocupação maior continua sendo o custo de financiamento da dívida pública. A Dívida Pública Federal em poder do público passou de R\$ 2,155 trilhões em outubro de 2014 para R\$ 3,033 trilhões em outubro de 2016, indicando crescimento de 40,7%. O custo médio da Dívida Pública Federal, por sua vez, passou de 11,63% ao ano em outubro de 2014 para 12,57% ao ano em junho de 2016. A consequência desses dois movimentos foi o aumento do custo de financiamento da dívida de R\$ 240,1 bilhões por ano em outubro de 2014 para quase R\$ 413,5 bilhões por ano em outubro deste ano. Isso implicou um aumento de custo para o Tesouro Nacional de R\$ 173,4 bilhões por ano, ou seja, um aumento de custo de 72,2% com a rolagem da dívida pública federal.

A Emenda Constitucional que limitou o crescimento das despesas nos próximos dez anos trará algum conforto fiscal imediato. Mas seu efeito será mais expressivo a partir do momento em que houver recuperação das atividades econômicas. Com as despesas congeladas em termos reais, o aumento das atividades fará crescer a arrecadação em termos reais, possibilitando o ressurgimento de um superávit primário no futuro. Isso possibilitará a redução do endividamento e, conseqüentemente, trará mais segurança quanto aos títulos do Tesouro Nacional e possibilitará uma taxa de juros menor no futuro.

Inflação

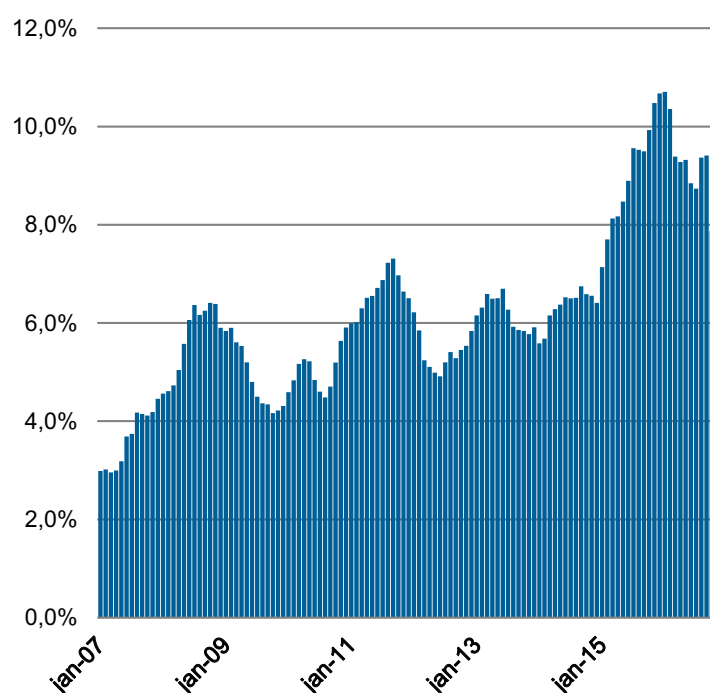
Após vários meses de queda da atividade econômica, a taxa de inflação começou a ceder. A variação acumulada em 2016 do IPCA foi de aproximadamente 9,0%, um valor igual ao de 2015. Contudo, a variação em 12 meses, ou seja, na comparação entre os níveis de preços de novembro deste ano e

Custo da dívida pública federal em R\$ bilhões por ano



Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional.

Taxa de variação do IPCA em 12 meses, (%)



Fonte: IBGE.

novembro do ano passado, o IPCA variou apenas 7,0%. Nessa comparação, os itens que apresentaram maiores elevações de preços foram: alimentação em casa (11,6%), saúde (11,3%) e educação (9,0%).

O IGP-M registrou elevação de 10,7% no acumulado deste ano até novembro. Neste caso, além da elevação dos preços ao consumidor, pesou o aumento dos preços no atacado, principalmente de produtos agropecuários, cujos preços foram puxados pelo aumento das exportações e pela desvalorização cambial. As chuvas excessivas no Sul e em algumas regiões do Sudeste também afetaram os preços de alguns produtos.

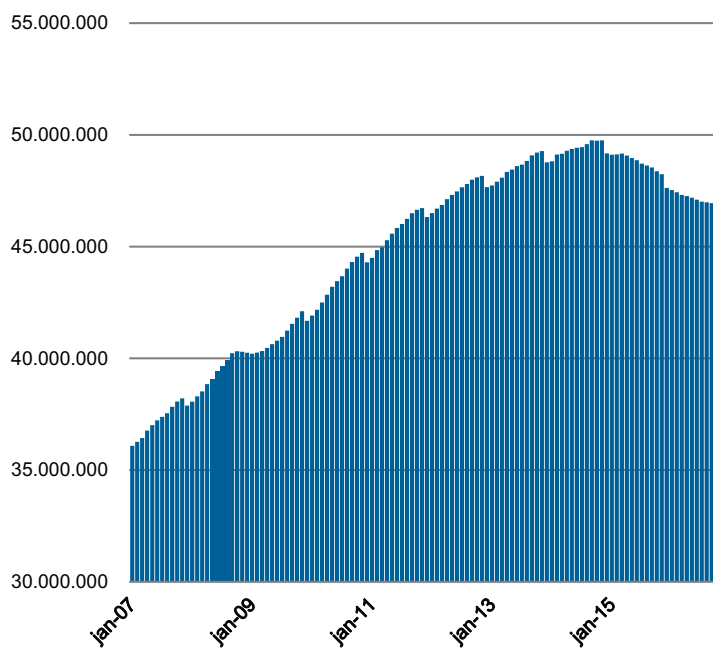
Nos serviços privados não financeiros (que não inclui serviços de saúde), o comportamento de preços foi distinto. Na média dos setores, houve aumento de preços de apenas 5,3% no acumulado do ano até outubro de 2016. Aqui pesaram os aumentos pequenos dos serviços de informação (2,8%). Os serviços de transportes também tiveram crescimento relativamente elevado (7,0% no acumulado do ano até outubro), pressionados, sobretudo pelo custo dos transportes terrestres, que cresceram 10,7% no acumulado do ano até outubro.

Emprego

O nível de emprego no Brasil caiu acentuadamente ao longo de 2016 em razão da crise econômica. No acumulado do ano até outubro, conforme indicam estimativas da Confederação Nacional dos Serviços feitas com base em dados do Ministério do Trabalho, foram fechados 1,693 milhão de postos de trabalho com carteira assinada no país. Isso equivale a uma queda de 3,5% em relação aos primeiros dez meses de 2015.

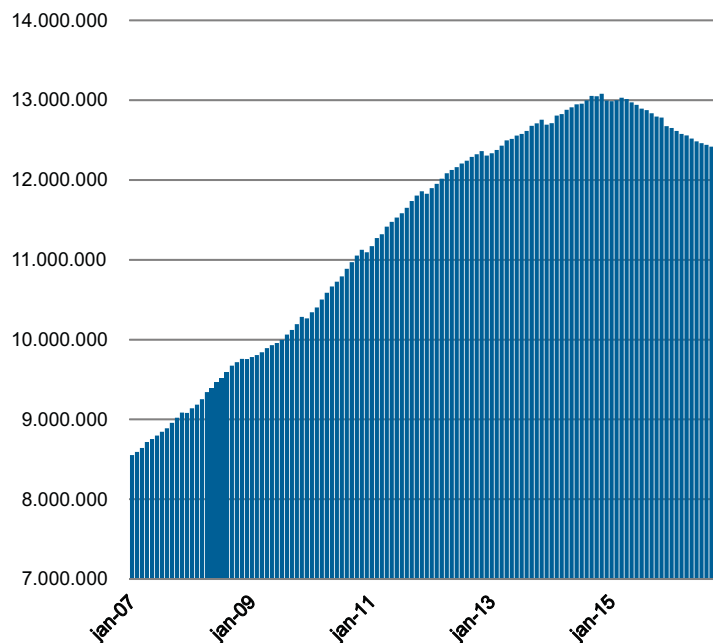
Entre os setores de atividade econômica, a maior retração foi observada na construção

Emprego com carteira assinada em todos os setores de atividade econômica



Fonte: CNS

Emprego com carteira assinada nos serviços privados não financeiros



Fonte: CNS

civil, cujo empregou caiu 14,8%. No acumulado do ano até outubro, o setor fechou 433,7 mil vagas. A indústria de transformação, cujo estoque de trabalhadores caiu 7,3% no acumulado do ano até outubro, foi o setor com maior número de postos de trabalho encerrados nesse período: 559,8 mil. O emprego no comércio e nos serviços também observaram quedas de, respectivamente, 2,7% e 1,5%.

Faturamento e emprego dos serviços em queda

Os serviços privados não financeiros – que excluem a administração pública e o setor financeiro – registraram queda acentuada de emprego ao longo de 2016. A queda acumulada no ano até outubro foi de 3,3%. O emprego, que vinha crescendo de forma consistente até o final de 2014, estagnou no início de 2015 e, a partir de abril daquele ano, começou a cair. No acumulado do ano até agosto de 2016, os serviços privados não financeiros já fecharam 423,1 mil vagas em todo país.

Como observado na seção que apresentou os resultados do PIB, as maiores perdas vieram nos segmentos de serviços prestados às empresas e serviços de transportes, dois segmentos cujas operações estão diretamente ligadas às atividades da indústria de transformação, da construção civil e do comércio. No segmento de serviços prestados às empresas foram encerradas 215,7 mil vagas no acumulado do ano até outubro e, no segmento de serviços de transportes, 104,5 mil postos de trabalho – ou 24,7% do total das vagas encerradas no ano no setor de serviços privados não financeiros.

Outro dado que corrobora a retração das atividades dos serviços privados não financeiros é a evolução do faturamento. Em termos reais, as receitas do setor caíram 5,0% no acumulado do ano até outubro de 2016 segundo a Pesquisa Mensal de Serviços do IBGE. Entre os segmentos analisados, vale destacar as quedas no faturamento dos serviços prestados às empre-

sas, de 5,7% em termos reais, e nos serviços de transportes, de 7,6%. Os serviços de Tecnologia de Informação tiveram crescimento real de 0,8% no acumulado do ano.

Perspectivas para 2017

Como foi apontado na edição de setembro do Boletim de Conjuntura da CNS, o contexto econômico se complicou severamente ao longo de 2016. O desemprego cresceu e o custo da dívida pública federal, que sofreu uma elevação desastrosa ao longo de 2015, tem restringido o investimento público.

No plano fiscal, algumas mudanças foram positivas para o longo prazo. A Emenda Constitucional que congelou as despesas federais em termos reais aponta para um déficit primário menor no futuro, reduzindo as pressões para aumentar a carga tributária, o que teria efeitos recessivos e inflacionários maiores.

No curto prazo, contudo, as condições ainda são desfavoráveis. A instabilidade cambial ainda traz efeitos sobre a elevação de preços e o aumento expressivo das exportações pressiona os preços internos das *commodities* agropecuárias. É, portanto, impossível um resgate de curto prazo do crescimento econômico com redução muito pronunciada da inflação. Ao contrário, sinaliza-se para 2016 uma recessão que deve ficar entre 3,5% e 4,0% do PIB e uma inflação entre 8,0% e 9,0% no ano.

Para o ano de 2017, as perspectivas são melhores, mas ainda não se vê um quadro de crescimento econômico. Esperam-se expansões modestas nos setores agropecuário (0,8%), comercial (0,5%) e de serviços privados não financeiros (0,7%). A indústria de transformação e a construção devem continuar em trajetória de queda, com variações anuais de -2,6% e -4,6%, respectivamente. Nessa tendência, pesam as taxas de juros ainda elevadas e a restrição de crédito.

PIB por setor de atividade e componente de demanda, R\$ Milhões¹

Setores de atividade	Em R\$ milhões			Variação anual	
	2015	2016	2017	2016	2017
Agropecuária	334,97	316,67	319,22	-5,5%	0,8%
Extrativa Mineral	56,28	53,40	53,08	-5,1%	-0,6%
Indústria de Transformação	667,80	629,38	612,87	-5,8%	-2,6%
Construção	328,16	311,50	297,03	-5,1%	-4,6%
Comércio	725,99	679,00	682,73	-6,5%	0,5%
Financeiro	479,74	467,53	466,69	-2,5%	-0,2%
Serviços públicos	889,13	887,65	886,44	-0,2%	-0,1%
Serviços privados não financeiros	2.123,83	2.086,84	2.101,73	-1,7%	0,7%
PIB a custo de fatores	5.605,90	5.431,97	5.419,80	-3,1%	-0,2%
Energia, saneamento e gás	156,01	164,12	164,33	5,2%	0,1%
Transportes e logística	262,19	245,72	248,71	-6,3%	1,2%
Serviços de informação	172,79	168,20	170,85	-2,7%	1,6%
Prestados às famílias e empresas	532,37	534,24	537,60	0,4%	0,6%
Serviços imobiliários	1.000,47	974,56	980,23	-2,6%	0,6%
Total	2.123,83	2.086,84	2.101,73	-1,7%	0,7%
Consumo	4.230,30	4.014,70	3.989,87	-5,1%	-0,6%
Gastos do governo	1.215,66	1.203,09	1.187,12	-1,0%	-1,3%
Investimento*	1.285,39	995,89	940,93	-22,5%	-5,5%
Exportação	720,98	790,52	801,60	9,6%	1,4%
Importação	971,88	757,65	691,74	-22,0%	-8,7%
PIB a preços de mercado	6.480,44	6.246,54	6.227,77	-3,6%	-0,3%

Fonte: IBGE. (1) a preços do terceiro trimestre de 2016.

(*) Inclui a variação de estoques.

Entre os segmentos dos serviços privados não financeiros, resalte-se o desempenho positivo dos serviços de informação, que devem crescer 1,6% em 2017, dando continuidade à sua liderança na economia brasileira. Os serviços de transportes e logística também devem crescer (1,2%). O fraco desempenho da indústria e do comércio, assim como a queda de 0,6% nas despesas de consumo das famílias brasileiras, devem inibir a expansão do segmento de serviços prestados às

famílias e empresas, para o qual se espera crescimento de apenas 0,6% em 2017.

Espera-se que o PIB a preços de mercado caia 0,3% no próximo ano. Com isso, o ano de 2017 deve marcar a terceira variação negativa consecutiva de PIB; menor, contudo, que as dos anos anteriores. Nesse contexto, medidas de estímulo às atividades de serviços, as quais são intensivas de mão de obra e de resposta rápida, podem

contribuir para o aumento do emprego e para uma recuperação econômica mais rápida e consistente. Deve-se ter em mente que a queda de produção tem sido a principal causa de corrosão das receitas públicas, cerne da crise fiscal e econômica do país. O estímulo ao investimento no setor de turismo doméstico se somaria à desvalorização cambial para aumentar a compe-

titividade brasileira, algo que ainda não foi perfeitamente equacionado no país. De outro lado, desestímulos aos serviços advindos de eventuais aumentos da carga tributária sobre as micro e pequenas empresas, algo que se cogitou como alternativa de política fiscal, deve ser totalmente descartado, dado que essas mudanças fiscais poderiam acirrar a crise econômica.